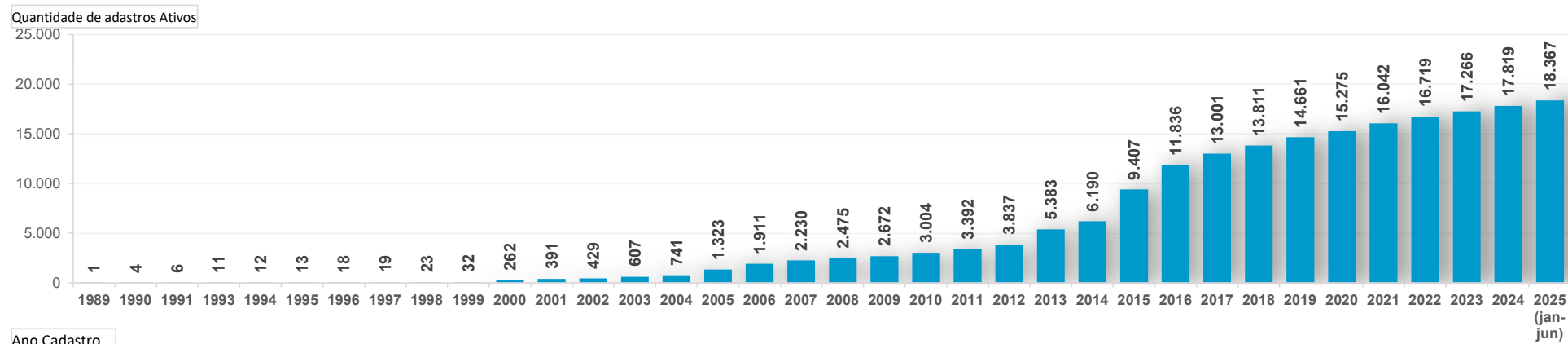
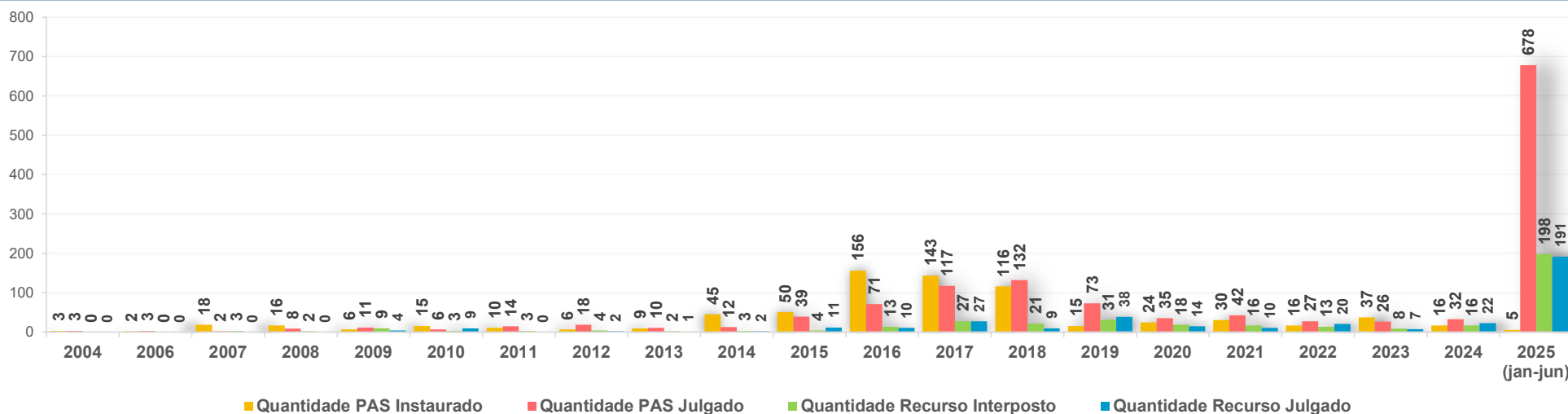


EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PESSOAS SUPERVISIONADAS COM CADASTROS ATIVOS



OBS: A quantidade de cadastros ativos por segmento pode variar ao longo do tempo devido ao número de baixas e inativações cadastrais.

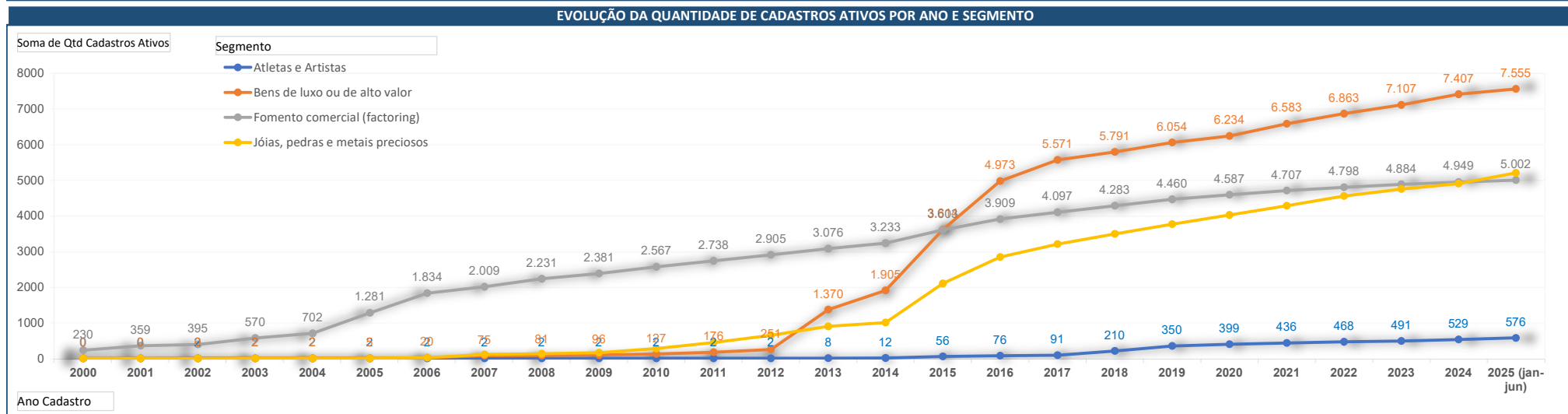
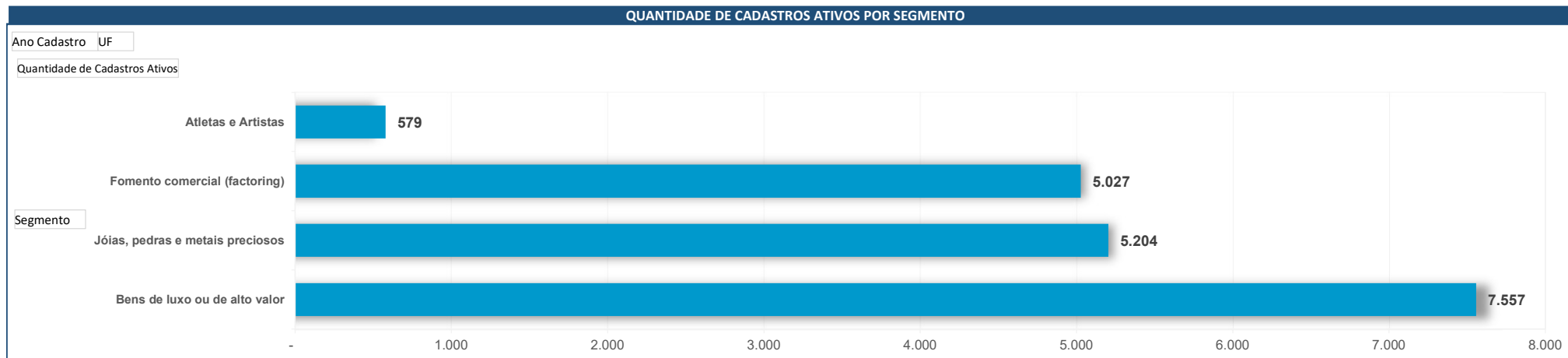
EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PAS E RECURSOS



TOTAL DE CADASTROS ATIVOS PESSOAS SUPERVISIONADAS COAF

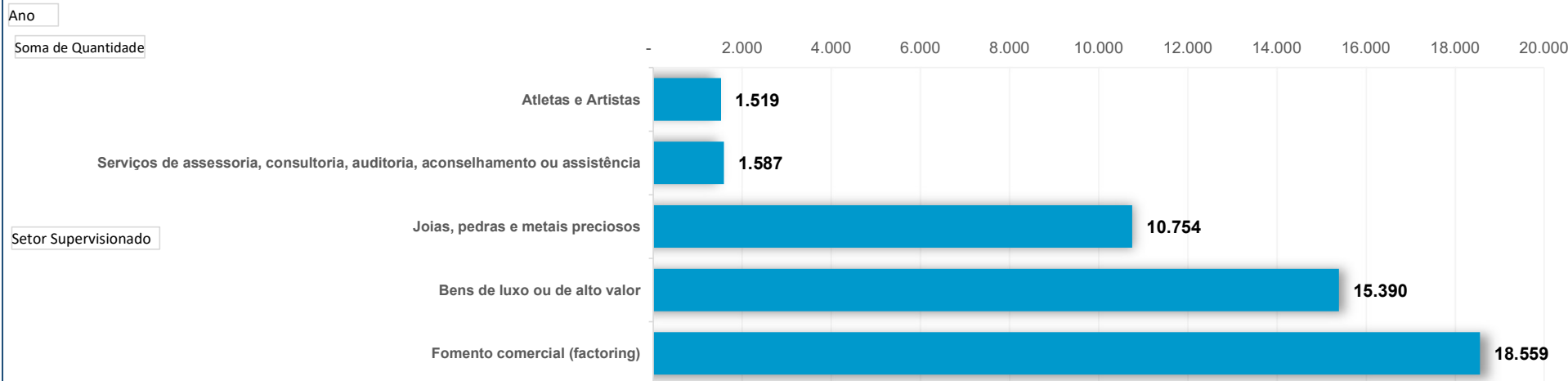
Database:
30/06/2025

OBS: Algumas pessoas supervisionadas podem estar cadastradas em mais de um segmento. Portanto, a soma das quantidades por segmento não representa a quantidade total de pessoas supervisionadas com cadastros ativos.

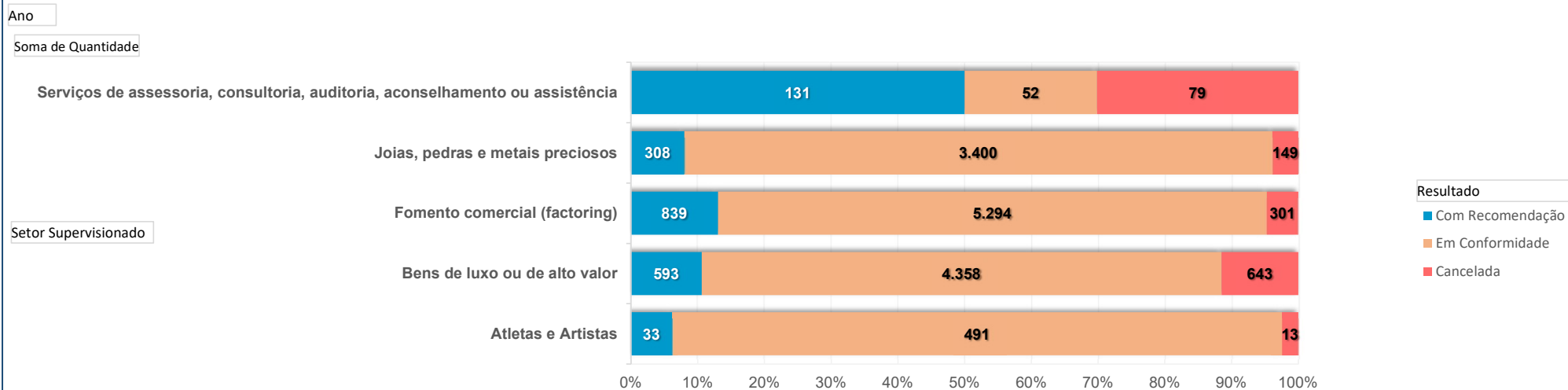


OBS: A quantidade de cadastros ativos por segmento pode variar ao longo do tempo devido ao número de baixas e inativações cadastrais.

QUANTIDADE DE AVEC POR SETOR SUPERVISIONADO



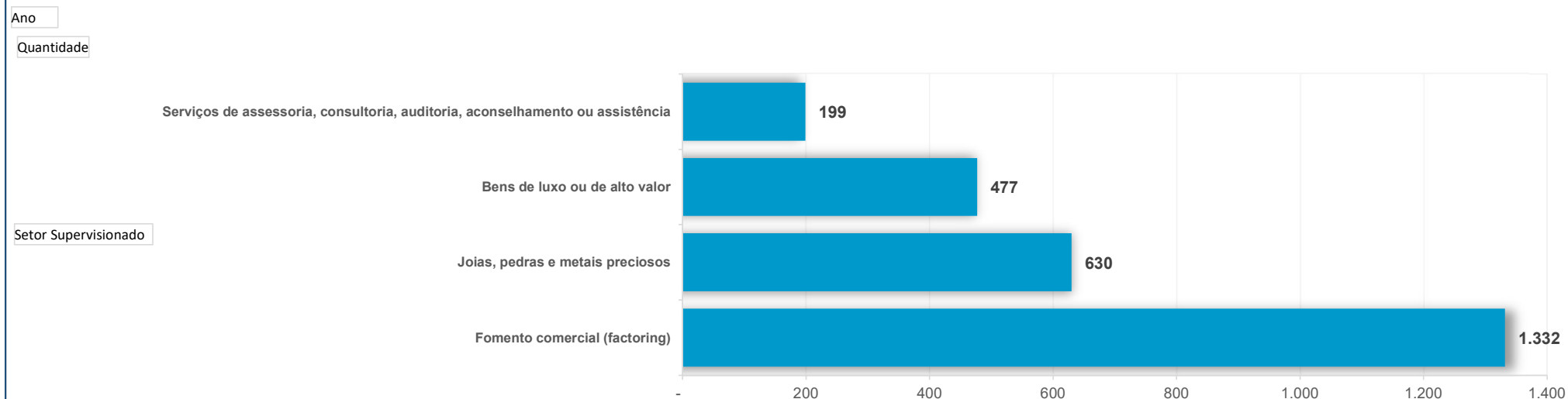
QUANTIDADE DE AVEC POR RESULTADO



AVERIGUAÇÕES AMPLAS E OBJETIVAS CONCLUÍDAS

Dtabase:
30/06/2025

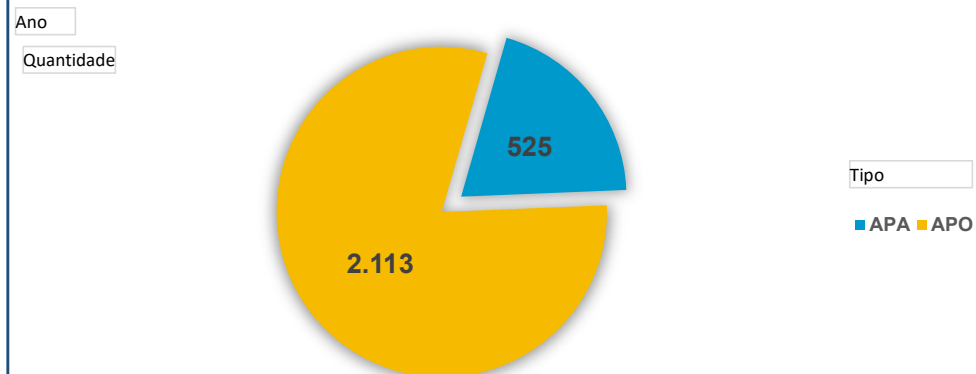
AVERIGUAÇÕES POR SETOR SUPERVISIONADO



AVERIGUAÇÕES POR RESULTADO



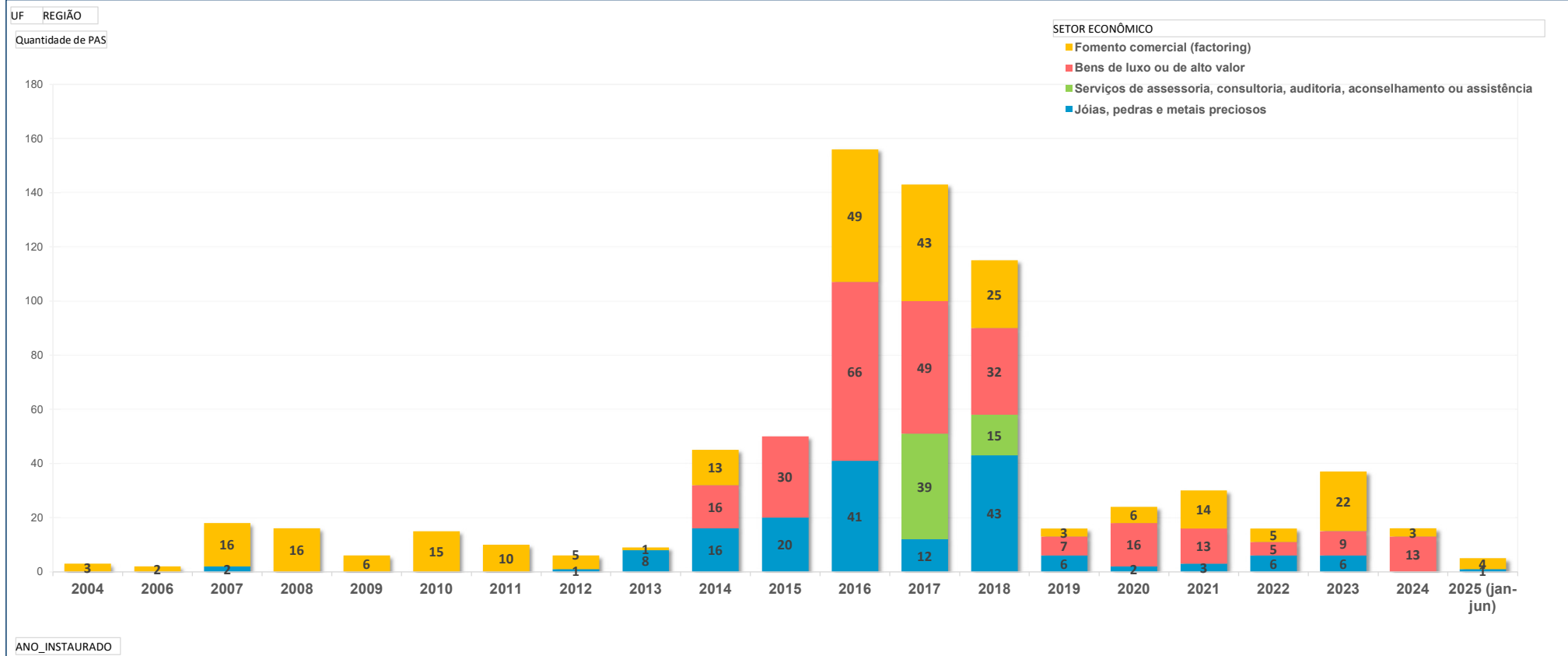
AVERIGUAÇÕES POR TIPO



EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PAS INSTAURADOS POR SETOR SUPERVISIONADO POR REGIÃO E UF

Dtbase:
30/06/2025

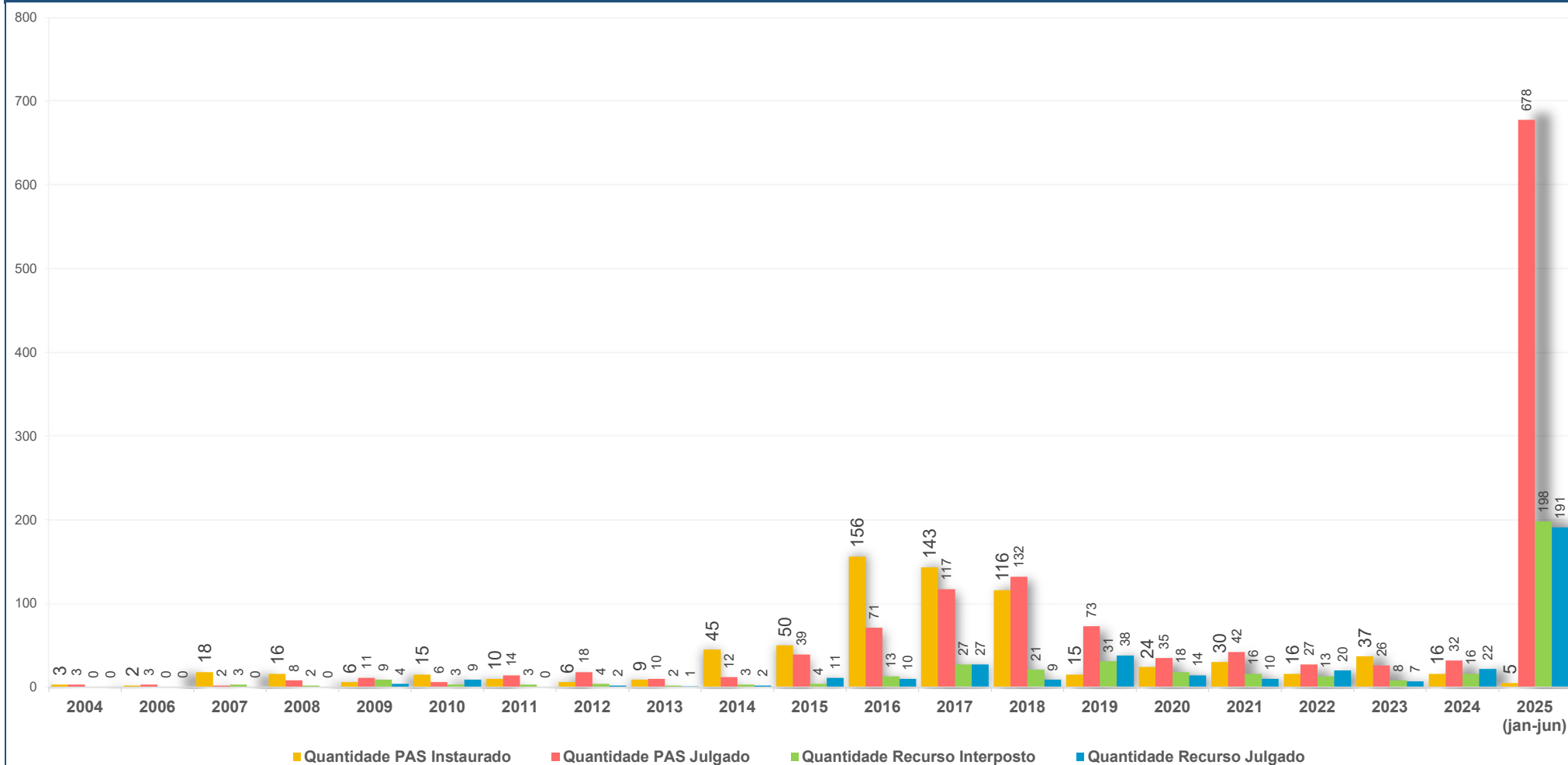
PAS INSTAURADOS POR SETOR SUPERVISIONADO



EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PAS E RECURSOS

Dtbase:
30/06/2025

PAS E RECURSOS



PAS INSTAURADOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

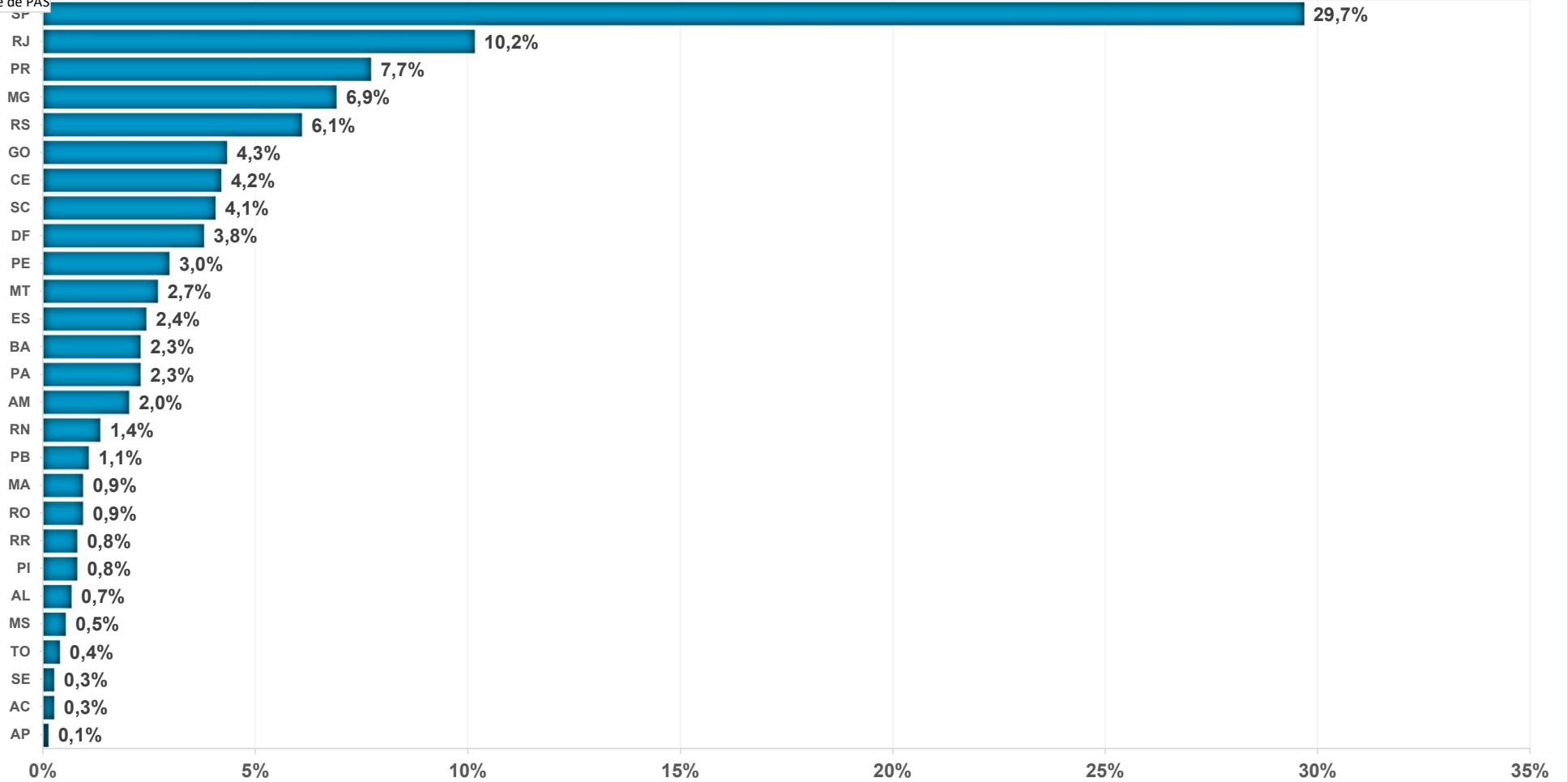
Dtabase:
30/06/2025

PAS INSTAURADOS POR UF

ANO_INSTAURADO

Quantidade de PAS

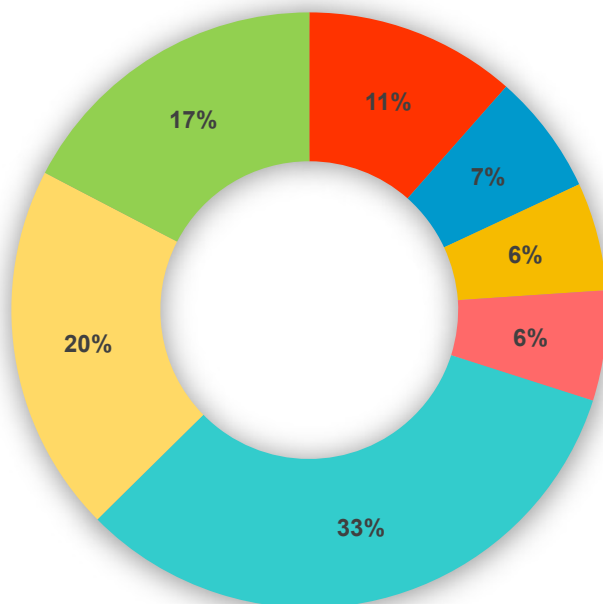
UF



INFRAÇÕES CARACTERIZADAS EM PAS JULGADOS - INCIDÊNCIA

Ano de Instauração

Quantidade de Infrações



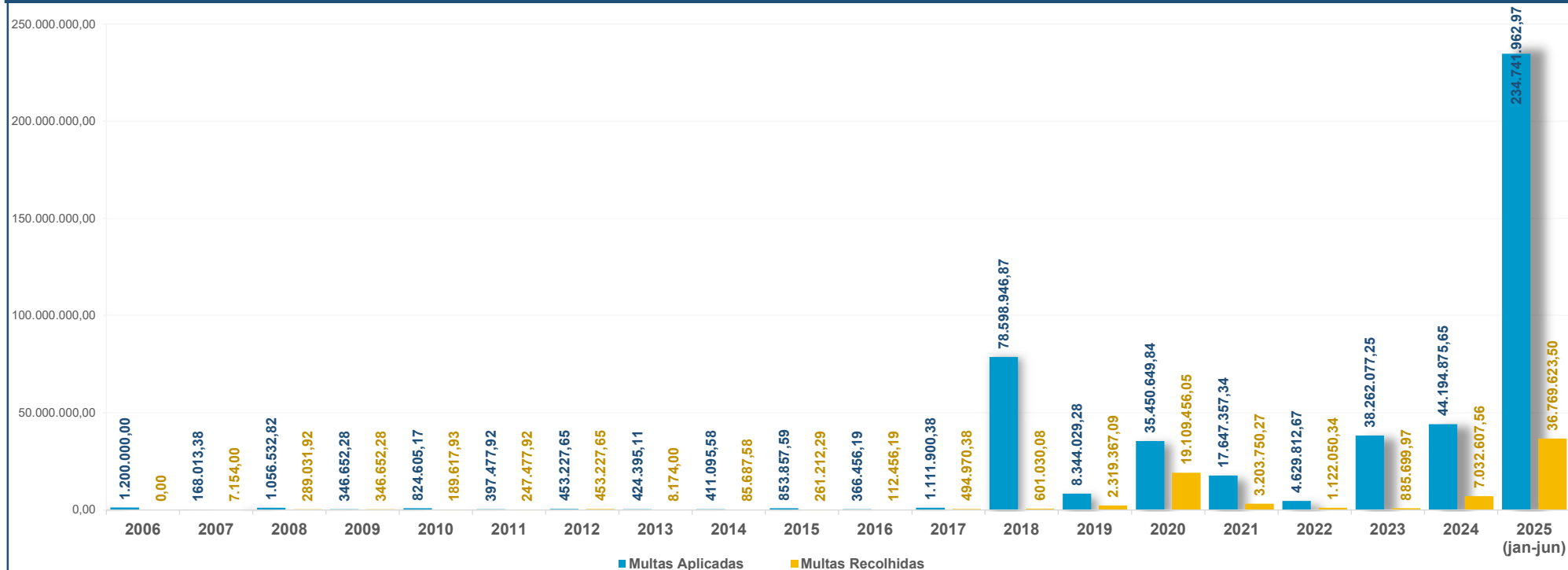
Infração

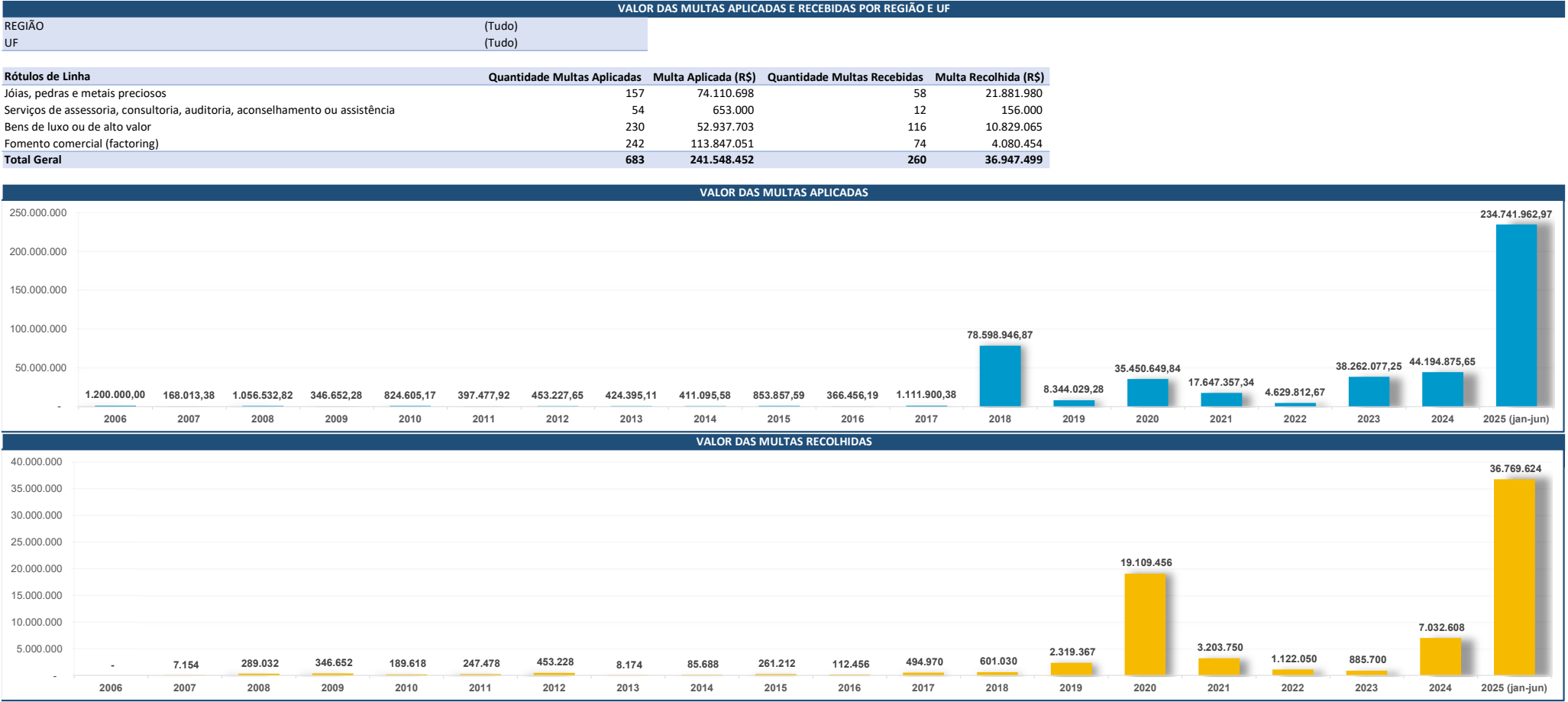
- Irregularidade ou descumprimento no cadastro e identificação de clientes (art. 10, I)
- Irregularidade ou descumprimento no registro de operações (art. 10, II)
- Não adoção de políticas, procedimentos e controles internos (art. 10, III)
- Não atendimento às requisições formuladas pelo COAF (art. 10, V)
- Não cadastramento do regulado no COAF (art. 10, IV)
- Não comunicação de inocorrência de operações passíveis de serem comunicadas ao COAF (art. 11, III)
- Não comunicação de operações passíveis de serem comunicadas ao COAF (art. 11, II)

MULTAS

Dtabase:
30/06/2025

EVOLUÇÃO DO VALOR DAS MULTAS APLICADAS E RECOLHIDAS





OBS:
- Para as informações constantes na tabela abaixo, tanto a consistência quanto a periodicidade são de inteira responsabilidade dos órgãos listados, cabendo ao Coaf apenas a publicação dos dados recepcionados.
- Mês/Ano de referência: Janeiro a Dezembro/2024.
- As notas explicativas encontram-se na aba "Notas Demais Reguladores".

REGULADORES - ESTATÍSTICAS										
Ano	Reguladores	Pessoas Supervisionadas	Procedimentos de Fiscalização - Presencial	Procedimentos de Fiscalização - Remoto	Processos Administrativos Sancionadores - Pessoa Supervisionada	Processos Administrativos Sancionadores - Administradores	Sanções Aplicadas - Advertência	Sanções Aplicadas - Multa (R\$)	Sanções Aplicadas - Inabilitação	Sanções Aplicadas - Cassação
2024	Banco Central do Brasil - BCB (1)	1.771	39	75	5	37	0	R\$ 3.537.360,00	3 administradores - total 22 anos	0
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2)	7.955	0	173	48	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Conselho Federal de Contabilidade - CFC (3)	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
	Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI (4)	629.893	28.456	0	30	0	48	R\$ 40.128,00	0	0
	Conselho Federal de Economia - COFECON (5)	5.110	N/I	388	N/I	N/I	18	R\$ 45.867,17	N/I	N/I
	Conselho Nacional de Justiça - CNJ (6)	8.945	3.070	3.443	47	N/I	5	R\$ 73.510,00	N/I	0
	Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI (7)	27	0	27	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (8)	3.212	52 planejadas (45 executadas)	0*	0**	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Polícia Federal - PF (9)	36	13	36	13	0	0	R\$ 168.000,00	0	0
	Secretaria de Prêmios e Apostas - SPA (10)	0	4	69	140	N/I	14	R\$ 4.924.300,52	18	1
	Superintendência de Seguros Privados - Susep (11)	265	0	35	19	0	0	R\$ 977.500,00	0	0
	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc (12)	4.119.996	74	N/I	0	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
2023	Banco Central do Brasil - BCB (1)	1.709	30	82	8	77	0	R\$ 6.450.309,70	7 administradores - total 50 anos	0
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2)	7.440	0	221	1	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Conselho Federal de Contabilidade - CFC (3)	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
	Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI (4)	627.872	36.375	0	18	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Conselho Federal de Economia - COFECON (5)	7.927	6	1.444	238	N/I	47	R\$ 1.849,77	N/I	N/I
	Conselho Nacional de Justiça - CNJ (6)	11.700	4.944	4.092	59	N/I	16	R\$ 419.060,00	3	N/I
	Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI (7)	27	0	27	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (8)	2.600	101 planejadas (34 executadas)	0*	0	Não se aplica	0	R\$ 0,00	Não se aplica	Não se aplica
	Polícia Federal - PF (9)	40	8	40	17	0	0	R\$ 84.000,00	0	0
	Secretaria de Reformas Econômicas - SRE (10)	N/I	0	73	N/I	N/I	N/I	R\$ 1.668.914,01	10	0
	Superintendência de Seguros Privados - Susep (11)	253	0	6	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc (12)	3.725.941	50	N/I	0	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
2022	Banco Central do Brasil - BCB (1)	1.756	29	84	7	11	0	R\$ 4.971.287,91	1 administrador - total 5 anos	0
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2)	6.129	0	122	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Conselho Federal de Contabilidade - CFC (3)	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
	Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI (4)	578.364	23.097	0	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Conselho Federal de Economia - COFECON (5)	5.625	N/I	915	525	N/I	60	R\$ 4.979,18	N/I	N/I
	Conselho Nacional de Justiça - CNJ (6)	11.302	1.975	1.266	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI (7)	27	0	27	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (8)	2.840	64 planejadas (16 executadas)	0*	0	Não se aplica	0	R\$ 0,00	Não se aplica	Não se aplica
	Polícia Federal - PF (9)	40	10	40	9	0	2	R\$ 87.000,00	0	0
	Secretaria de Acompanhamento Econômico - Seae (10)	N/I	0	2	N/I	N/I	N/I	R\$ 70.201,10	N/I	N/I
	Superintendência de Seguros Privados - Susep (11)	241	0	23	7	1	3	R\$ 196.000,00	0	0
	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc (12)	3.172.492	50	N/I	0	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
2021	Banco Central do Brasil - BCB (1)	1.612	31	113	10	51	0	R\$ 8.500.819,60	0	0
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2)	6.169	0	105	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Conselho Federal de Contabilidade - CFC (3)	521.543	0	0	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI (4)	523.342	11.552	0	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Conselho Federal de Economia - COFECON (5)	23.661	5	835	202	2	10	R\$ 67.803,00	0	0
	Conselho Nacional de Justiça - CNJ (6)	11.302	1.975	1.266	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI (7)	27	0	27	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (8)	2.750	82 planejadas (17 executadas)	2.193	0	Não se aplica	0	R\$ 0,00	Não se aplica	Não se aplica
	Polícia Federal - PF (9)	34	251	34	11	2	0	R\$ 35.561.555,54	4	0
	Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria - SECAP (10)	8	13	0	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Superintendência de Seguros Privados - Susep (11)	230	0	5	4	2	1	R\$ 268.687,50	0	0
	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc (12)	3.124.724	40	0	0	3	N/I	N/I	N/I	N/I
2020	Banco Central do Brasil - BCB (1)	1.600	27	108	6	55	0	R\$ 84.479.893,99	10 administradores, total 35 anos	0
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2)	5.514	8*	66	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Conselho Federal de Contabilidade - CFC (3)	517.308	0	0	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI (4)	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
	Conselho Federal de Economia - COFECON (5)	23.044	1	881	476	1	24	R\$ 123.420,78	0	0
	Conselho Nacional de Justiça - CNJ (6)	8.804	1.162	1.594	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI (7)	27	0	27	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (8)	2.291	79 planejadas (0 executada)	2.193	0	Não se aplica	0	R\$ 0,00	Não se aplica	Não se aplica
	Polícia Federal - PF (9)	37	218	37	7	2	8	R\$ 39.000,00	0	0
	Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria - SECAP (10)	8	15	6	0	0	0	R\$ 0,00	0	0
	Superintendência de Seguros Privados - Susep (11)	167	0	21	0	0	4	R\$ 306.000,00	0	0
	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc (12)	2.895.827	36	0	0	1	90	R\$ 3.531.599,38	1.890	28

#	Notas
1	<p>2024</p> <p>1) Universo supervisionado = 1.771 instituições (fonte: (a) Fonte: APS Universo e auxílio da Desig/Diaco – 31/12/2024</p> <p>2) 39 Procedimentos de inspeções presencial (ACC) e 75 procedimentos de inspeção remota (1 Acompanhamento Específico, 5 IDR, 65 ICR e 4 Inspeções horizontais): inspeções programadas no Sigas – Consulta em 06/02/2025.</p> <p>3) Sanções aplicadas: (a) Inabilitação: 22 anos (1 diretor com inabilitações de 6, 5 e 4 anos - total de 15 anos), 1 diretor com 4 anos e 1 Diretor com 3 anos); (b) Multas: 14 para administradores – R\$ 924.880,00 e 8 para Pessoas Supervisionadas – R\$ 2.612.480,00. Fonte: Derad.</p> <p>2023</p> <p>1) Universo supervisionado = 1.709 instituições e (fonte: (a) Fonte: APS Universo e auxílio da Desig/Diaco - 09/04/2024</p> <p>2) 30 Procedimentos de inspeções presencial e 82 procedimentos de inspeção remota (6 IDR + 76 ICR): inspeções programadas no Sigas – Consulta em 28/03/2024.</p> <p>3) Sanções aplicadas: (a) Inabilitação: 50 anos (1 diretor com 10 anos, 1 diretor com 10 anos, 3 diretores com 7 anos, 1 diretor com 6 anos e 1 diretor com 4 anos); (b) Multas: 16 para administradores – R\$ 1.636.846,33 e 9 para Pessoas Supervisionadas – R\$ 4.813.463,37. Fonte: Derad</p> <p>2022</p> <p>1) Universo supervisionado = 1.756 instituições e (fonte: (a) Fonte: APS Universo. Consulta em 28/03/2024).</p> <p>2) 29 Procedimentos de inspeções presencial e 84 procedimentos de inspeção remota (7 IDR + 76 ICR + 1 Inspeção Horizontal): inspeções programadas no Sigas – Consulta em 28/03/2024.</p> <p>3) Sanções aplicadas : (a) Inabilitação: 5 anos (1 diretor com 5 anos); (b) Multas: 14 para administradores – R\$ 933.287,91 e 12 para Pessoas Supervisionadas – R\$ 4.038.000,00. Fonte: Derad</p> <p>2021</p> <p>1) Universo supervisionado = 1.612 instituições em 31/12/2021 (fonte: (a) Desig/Diaco, https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacao_instituicoes_funcionamento - consulta em 23/03/2022</p> <p>2) 31 Procedimentos de inspeções presencial e 113 procedimentos de inspeção remota (15 IDR + 98 ICR): inspeções programadas no Sigas – Consulta em 23/03/2022.</p> <p>3) Sanções aplicadas: (a) Inabilitação: nihl; (b) Multas: 5 para administradores – R\$ 2.950.283,75 e 5 para Pessoas Supervisionadas – R\$ 5.550.535,85. Fonte: Derad.</p> <p>2020</p> <p>1) Universo supervisionado = 1.600 instituições em 30/11/2020 (fonte: Desig/Diaco, https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacao_instituicoes_funcionamento - consulta em 31/12/2020).</p> <p>2) Inspeções concluídas (PAS e Extra-PAS): 108 = 101 ICRs, 6 IDRs e 1 AE.</p> <p>3) Processos administrativos sancionadores aprovados pelo Direc-Copaç.</p>
2	<p>2024 - Em 31/12/2024 o universo fiscalizável de PLD/FTP da CVM compreendia um total de 7.955 pessoas obrigadas (5.368 pessoas naturais e 2.587 pessoas jurídicas). Essas pessoas obrigadas correspondem a aproximadamente 8.000 registros para a prestação de serviços no mercado de valores mobiliários. Tal diferença se justifica pelo fato de alguns sujeitos obrigados poderem ter mais de um registro para a prestação esses serviços. Ainda, as estatísticas de supervisão refletem os trabalhos da CVM, assim como da BSM - Supervisão de Mercados, entidade autorreguladora que auxilia a fiscalização da CVM nos termos da Lei 6.385/76.</p> <p>2023</p> <p>Em 31/12/2023 o universo fiscalizável de PLD/FTP compreendia um total de 7.084 pessoas obrigadas (4.796 pessoas naturais e 2.288 pessoas jurídicas). O número de 7.740 registros de pessoas supervisionadas que consta na tabela se explica na medida em que elas podem ter um ou mais registros para a prestação de serviços abarcados pela Resolução CVM 50/21. Tais estatísticas refletem os trabalhos da CVM, assim como da BSM - Supervisão de Mercados, entidade autorreguladora que auxilia a fiscalização da CVM nos termos da Lei 6.385/76. Outro ponto importante diz respeito ao fato de que, nada obstante o processo sancionador que consta na tabela, aqueles 221 procedimentos de fiscalização remoto gerou 1 (um) Termo de Compromisso, que acarretou o pagamento de R\$ 250.000,00, assim como em 53 ofícios de alerta (CVM) ou cartas de alerta (BSM).</p> <p>2022</p> <p>Em 30/06/2022 haviam 6.129 (seis mil cento e vinte e nove) pessoas registradas na CVM que se submetem aos deveres de PLD/FTP, logo, estavam habilitadas para o devido cadastro no segmento da Autarquia no Siscoaf. Vale ressaltar que existem outros registros na CVM relacionados a atuação de outros supervisionados, todavia, que não se submetem aos deveres da Lei 9.613/98 (por exemplo, os emissores). Visando uma melhor visualização do universo desses sujeitos obrigados a seguirem as diretrizes da Resolução CVM 50/21, ilustramos a tabela abaixo que contempla estatísticas de alguns dos principais registros que essas pessoas tinham na Autarquia naquela ocasião:</p> <p>Auditores Independentes: 312 PJ + 35 PF = 347</p> <p>Consultores: 225 PJ + 102 PF = 1227</p> <p>Administradores: 1.338 PJ + 3093 PF = 4474</p> <p>Entidades administradoras de mercado organizado: 3 PJ – 0 PF</p> <p>Depositários centrais de valores mobiliários: 2 PJ – 0 PF</p> <p>Participantes autorizados a operar na B3 sob a supervisão da BSM: 76 PJ – 0 PF</p> <p>(PJ = Pessoa Jurídica, PF = Pessoa Física)</p> <p>Especificamente em relação à supervisão dos auditores independentes registrados na CVM no tocante ao atendimento da Lei 9.613/98, cabe frisar que a supervisão primária desse segmento está a cargo do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), conforme convênio firmado entre a nossa Autarquia e aquele Conselho.</p> <p>http://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/convenios/anexos/CFC_2020.pdf</p> <p>Essa atuação do CFC compreende a emissão de normas específicas e o acompanhamento das eventuais comunicações relacionadas ao tema realizadas no segmento daquele Conselho no Siscoaf. Essa pactuação na forma adotada, a nosso juízo, permite uma maior agilidade nas eventuais ações de supervisão com a definição da responsabilidade primária de atuação, além de impedir a duplicidade de informações a serem monitoradas. Entretanto, deve ser lembrado que, apesar de serem obrigados a prestarem tais comunicações no segmento CFC, os auditores independentes também podem, nos termos da Resolução CVM 50/21, efetuar as ditas comunicações no segmento CVM, caso os eventos atípicos estejam relacionados a entidades sob a fiscalização desta Autarquia.</p> <p><i>Sem prejuízo disso, a principal entidade administradora do mercado organizado é a B3, que possui em 31/12/2021 um total de 164 (cento e sessenta e quatro) participantes (76 (setenta e seis) sob a supervisão da</i></p>
3	Não Informado (Indicado como N/I).
4	Não Informado (Indicado como N/I).
5	Não Informado (Indicado como N/I).
6	<p>Informações extraídas no dia 24/04/2025, pelo link : https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=dab0b5ca-c876-425c-9fae-d606e111d5c&sheet=5dcb593d-ce80-4497-9832-656d0c3b18ed&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel</p>
7	<p>2024</p> <p>Em vigor a Instrução Normativa DREI nº 76, de 2020, a qual "Dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles a serem adotados no âmbito das Juntas Comerciais para o cumprimento das disposições da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998" e, de acordo com o art. 7º da referida instrução normativa, o DREI faz o acompanhamento por meio das comunicações enviadas ao SISCOAF: "Art. 7º Caso não sejam identificadas, durante o ano civil, operações ou propostas a que refere o art. 3º, não tendo havido portanto qualquer comunicação ao COAF, a Junta Comercial deverá apresentar ao DREI, até o dia 31 de janeiro do ano seguinte, declaração nesses termos, podendo utilizar-se do sítio eletrônico do COAF, por meio do qual este Departamento fará o acompanhamento do cumprimento da obrigação".</p> <p>Considerando-se as informações prestadas pelas Juntas Comerciais, em atendimento aos ofícios circulares expedidos por este Departamento, em caráter orientador e supervisor, e às consultas realizadas junto ao sistema Siscoaf referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, verificamos que foram realizados envios de Comunicações de Índices e Comunicações de Não Ocorrência - CNO, como segue:</p> <p>34.709.279/0001-07 – JUCEAC - Junta Comercial do Estado do Acre - Comunicação de Não Ocorrência enviada em 23/01/2025 - 0</p> <p>10.279.310/0001-40 – JUCEAL - Junta Comercial do Estado de Alagoas - Não identificado o envio de Comunicação ou CNO*</p> <p>05.865.233/0001-70 – JUCEAP - Junta Comercial do Estado do Amapá - Comunicação de Não Ocorrência enviada em 11/02/2025 - 0</p> <p>04.231.205/0001-39 – JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas - Comunicação enviada em 02/01/2024 - 1</p> <p>13.574.983/0001-11 – JUCEB - Junta Comercial do Estado da Bahia - Não identificado o envio de Comunicação ou CNO*</p> <p>09.453.523/0001-68 – JUCEC - Junta Comercial do Estado do Ceará - Não identificado o envio de Comunicação ou CNO*</p> <p>28.152.080/0001-10 – JUCEES - Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - Comunicação enviada, durante o exercício de 2024 - 4</p> <p>02.088.698/0001-74 – JUCEG - Junta Comercial do Estado de Goiás - Comunicação enviada, durante o exercício de 2024 - 7.392</p> <p>05.289.160/0001-16 – JUCEMA - Junta Comercial do Estado do Maranhão - Não identificado o envio de Comunicação ou CNO*</p> <p>03.110.616/0001-03 – JUCEMAT - Junta Comercial do Estado do Mato Grosso - Não identificado o envio de Comunicação ou CNO*</p> <p>03.979.614/0001-55 – JUCEMS - Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul - Comunicação enviada, durante o exercício de 2024 - 597</p> <p>17.486.275/0001-80 – JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Comunicação de Não Ocorrência enviada em 04/02/2025 - 0</p> <p>04.825.329/0001-42 – JUCEPA - Junta Comercial do Estado do Pará - Comunicação enviada, durante o exercício de 2024</p> <p>08.331.175/0001-93 – JUCEP - Junta Comercial do Estado da Paraíba - Não identificado o envio de Comunicação ou CNO*</p> <p>77.968.170/0001-99 – JUCEPAR - Junta Comercial do Estado do Paraná - Comunicação enviada, durante o exercício de 2024 - 2.206</p> <p>10.054.583/0001-97 – JUCEPE - Junta Comercial do Estado de Pernambuco - Comunicação enviada, durante o exercício de 2024</p> <p>06.690.994/0001-00 – JUCEPI - Junta Comercial do Estado do Piauí - Comunicação enviada, durante o exercício de 2024</p> <p>09.280.442/0001-03 – JUCEPIA - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Comunicação enviada, durante o exercício de 2024 - 2</p> <p>08.234.841/0001-75 – JUCERN - Junta Comercial do Estado do Rio Grande do NorteComunicação enviada, durante o exercício de 2024 - 2</p> <p>04.420.980/0001-32 – JUCEP - Junta Comercial do Estado de Rondônia - Comunicação enviada, durante o exercício de 2024 - 868</p> <p>05.685.571/0001-20 – JUCERR - Junta Comercial do Estado de Roraima - Comunicação de Não Ocorrência, enviada em 29/01/2025</p> <p>83.565.648/0001-32 – JUJESC - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - Comunicação enviada, durante o exercício de 2024 - 18</p> <p>09.020.672/0001-71 – JUJECB - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Comunicação enviada, durante o exercício de 2024 - 516</p>
8	<p>* Até o ano de 2021, a Comunicação Anual de Não Ocorrência eram consideradas Fiscalização à Distância. A partir de 2022, este entendimento foi alterado. As fiscalizações, quando não relativas à denúncias de risco direto ao Patrimônio Cultural, são iniciadas por Ofício ou e-mail e podem se desenvolver em visitas presenciais às empresas que possuem endereço físico.</p> <p>** A maioria dos procedimentos de fiscalização realizados pelo Iphan sobre os negociantes de obras de arte e antiguidades ainda estão na etapa educativa, visando informação sobre obrigações legais do setor.</p>
9	Informações enviadas sem nota.

10	2024 O quantitativo de 140 refere-se aos processos administrativos sancionadores onde houve decisão proferida, ou seja, não foram necessariamente instaurados no ano de 2024.
	Em 2024, o nome da secretaria é Secretaria de Prêmios e Apostas - SPA. Em 2023 a secretaria se chamava Secretaria de Reformas Econômicas - SRE . No segundo semestre de 2022, a secretaria se chamava Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE. Em 2020, 2021 e primeiro semestre de 2022, a secretaria se chamava Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria - SECAP
	2021 O aumento no número de pessoas obrigadas se deveu à entrada em vigor da Circular Susep nº 612, de 2020, que substituiu a Circular Susep nº 445, de 2012. Uma das ações dos procedimentos de fiscalização remoto abrangeu todas as Seguradoras, EAPCs, Resseguradora e Sociedades de Cap do mercado brasileiro por meio do envio de um questionário de auto avaliação tratando de PLD/FT.
12	2019 e 2020 Processos Administrativos Sancionadores Supervisionada: Não são lavrados autos contra a própria EFPC. Processos Administrativos Sancionadores Autuados: Autos lavrados em 2019 (Novos autos). Atenção: as sanções na maioria referem-se a estoque anterior. Total de Multas aplicadas (equivale ao total de autuados). Pena mínima Decreto 4.942/2003: multa Demais penas: suspensão (dias) e inabilitação (anos) Sanções Aplicadas: Autos Julgados no período, não necessariamente os mesmos lavrados (estoque de anos anteriores).